CONTEXTO EDUCACIONAL E BARREIRAS INCLUSIVAS

MARIA IRANI ALVES

RESUMO:

É notório dizer que a inclusão necessita de apoio do Estado para de fato acontecer, entretanto questões atitudinais da população também contribuem para que esse processo desenvolva. A humanidade é constituída pela diversidade. Somos plurais, diversos, diferentes, únicos. Porém, é contraditório quando falamos do modo como lidamos com essa diversidade. No Brasil, foi construído um mito de que somos um povo que acolhe e aceita as diferenças, apesar disso trazemos conosco também muitas marcas de segregação, discriminação e intolerância. Uma sociedade é inclusiva quando acolhe a todos, independentemente de cor, etnia, nível socioeconômico, gênero, orientação sexual; para acolher a todos é preciso que haja ações de equidade.

Palavras-chaves: Desigualdade; Educação Especial; Igualdade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

Quebrar barreiras arquitetônicas no meio inclusivo é difícil, ampliar os conceitos da diversidade humana na escola é um dos maiores desafios que educadores de diversas áreas do conhecimento encontram.

Embora represente um assunto como grande cota de polêmica bem como de difícil aceitação ainda para grande parte da sociedade, a inclusão pode beneficiar não só quem é incluído, mas todos que com ele interagem. A inclusão leva aos que são discriminados por terem sua deficiência o direito a seu espaço social e demonstrarem suas capacidades e não suas limitações.

Isso só se faz necessário porque exista ainda na sociedade uma discrepância entre o que é diferente e o que é considerado normal. Desta forma este estudo busca discutir a educação inclusiva, discutindo não somente as possibilidades que a cercam, e sim o que pode realmente ser aplicado na educação formal.

Em tempos remotos, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes e/ou inúteis diante das possibilidades de cooperar e somar em prol do progresso de uma sociedade. Estas pessoas, inclusive, eram "escondidas" em casa por seus familiares, tamanho era o preconceito e a falta de preparação e cuidados que as outras pessoas tinham com elas.

No âmbito educacional, as pessoas com deficiências eram educadas em casa pelos próprios parentes e as escolas não eram preparadas para recebê-las. Com a modernidade, ciência e educação andando juntas, as escolas e seus profissionais começaram a ser preparados para a entrada destes alunos nas unidades escolares e regulares. Os prédios sofreram modificações como rampas e corrimões, por exemplo, e os profissionais da educação estudaram e se especializaram de forma alternativa e específica para educarem as crianças com deficiências diversas.

Com a entrada dos alunos com deficiência na escola, a educação se tornou mais completa e humana. A socialização destes alunos é uma das partes mais importantes da inclusão escolar. Portanto, para que este objetivo seja alcançado, o docente deve ser e estar preparado para tal. A inclusão escolar torna um professor despreparado em um professor inseguro e que nada auxiliará no processo da inclusão. Ele se sente perdido e incapaz de transmitir e produzir os conhecimentos para o enriquecimento do conhecimento destes alunos.

BARREIRAS ARQUITETÔNICAS NA EDUCAÇÃO

O ambiente virtual e as novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam processar com maior rapidez, armazenar com maior eficácia, e com baixíssimo custo. Mas isso, não é sinônimo de melhor desempenho no ambiente escolar e no processo de ensino-aprendizagem se houver adesão dessas ferramentas.

Já que para que ocorra essa melhoria, se faz necessário uma reelaboração de políticas públicas, considerando que não há resultados satisfatórios se somente possuir discussões e pesquisas voltadas para a utilização das tecnologias educacionais, mas também do ambiente e da gestão desses recursos.

Por meio da difusão social as invenções são compartilhadas entre os grupos e sociedades, mantendo a marcha evolutiva impulsionando a criatividade. Neste ciclo de transmissão de conhecimento surge o processo de educação ou ensino-aprendizagem, com ele a escola. Hoje o papel da instituição escolar é de suma importância, levando em consideração que cabe a ela educar ética, moral e estéticamente, construindo indivíduos pensantes e não pensando por eles.

Na atualidade, com o surgimento de ícones do entretenimento e consumo, transforma-se as relações entre professor e aluno no ambiente de ensino, pois continuamente é evidente a influência desses ícones nas produções e forma de agir dos alunos, como os padrões estereotipados que possuíam respeito, às expressões são distintas dos sa-

beres dedutivos e verbais, uma cultura com acentuada diferenciação surge fazendo com que os educadores lancem um reflexão sobre esse novo sentido de educando que se presenta.

Ao entrar em contato com as produções visuais no ambiente escolar, é perceptível que grande para do escopo de soluções visuais e imagens que são reproduzidas, possuem como fonte inspiradora as produções (de arte e entretenimento de massa) midiáticas, até mesmo nos livros didáticos que trazem ilustrações e materiais de comunicação produzidos para a equipe escolar, para o aluno, de forma geral, para a comunidade escolar.

Segundo Gomes (2001), o uso das imagens possui um significado que está relacionado à cultura imagética. E este significado está relacionado aos mais diversos ambientes e não só a escola. Desta forma, é preciso entender a relação entre as pessoas e o olhar, e buscar assim, compreender como é produzido através da imagem a fascinação por produtos, pessoas, lugares, entre outros,

Diante de tão grande número de ofertas visuais, performáticas e espetaculares na sociedade, a escola encontra-se em desvantagem, pois os chamados auxiliares de ensino audiovisual, a comunicação corporal do professor, sua retórica, não convencem. O mundo da escola é um mundo cinza, parado e passivo. As imagens na escola são manipuladas como se fossem neutras e inofensivas, além de serem mal aproveitadas em termos de possibilidade educativa. Não se prepara o professor para desempenhos comunicativos e expressivos ao nível do desafio do ensino e das crianças atuais, não se prepara o professor, sobretudo, para dialogar com o mundo através de um universo imaginário (MEIRA, 1999, p. 132, apud GOMES, 2001, p.5-6).Segundo o Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2008, p.01), "A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola" Assim a escola pública muitas vezes reproduz a lógica excludente da sociedade, mas deve acolher a todos. Ela se estende aos estudantes que são público alvo da educação especial, ou seja, aqueles que possuem deficiência, mas também aqueles que não a possuem: alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais, entre outros.

Muitos pensam que Educação Inclusiva e Especial são termos sinônimos ou que a Educação Inclusiva é uma atualização da Educação Especial. Do ponto de vista histórico, o movimento de luta por uma Educação Inclusiva surgiu da luta pelos direitos da pessoa com deficiência, que até então não estava na sala regular.

Apesar de terem uma base compartilhada, são coisas distintas, assim, vemos como primordial que haja diferenciação destas duas áreas. A Educação Inclusiva é um paradigma. Em linhas gerais, é a ideia de uma escola inclusiva para todos; a Educação Especial é voltada exclusivamente para os estudantes com deficiência, com altas habilidades e com Transtorno do Espectro Autista – TEA. A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva perpassa todas as modalidades de ensino. É a última parcela da população a fazer parte do ambiente escolar. Pensando no conceito de equidade, é a que demanda maiores ações em relação às barreiras postas socialmente.

TECNOLOGIA AMPLIANDO E FACILITANDO O SABER PEDAGÓGICO

Segundo Leite (2000) existe uma diferenciação entre conhecimento e informação, ao se constatar que existe uma interdependência entre os fatos humanos, principalmente pelo fato que a apreensão e desenvolvimento cognoscível na vida cotidiana ultrapassam a educação formal.

Logo, surge um novo papel da docência, que é a condução do educando no desenvolvimento de possibilidades de apreensão onde selecione, interprete e organize as informações que lhe são acessíveis na busca do conhecimento. Com a inserção de novas tecnologias na educação, o agente e protagonista no processo de ensino-aprendizagem é o aluno, e o educador é o mediador e intermediário, que desempenha sua função necessariamente por meio de atividades orientadas. Desta forma, a aquisição de novos conhecimentos terá maior utilidade para o educando.

Não são somente instituições sociais como família, escola e igreja que possuem a tarefa de ensinar e educar, mas todas as instituições geradas pelas ações dos cidadãos, como também àquelas que o discente tenha acesso.

É evidente que grande parcela da população brasileira não conheça ou desfrutem de instituições com tais quesitos, no entanto, em sua maioria possuem acesso a televisão, que adentra todos os lares trazendo consigo a confusa mescla entre o presente e o futuro, a ficção e a realidade, de forma que apresenta e determina o modo de pensar e de existir dos indivíduos, pautando suas opiniões e condutas. E o fato da necessidade de se desconectar ou desligar a TV não é mero moralismo, e sim uma urgência.

O debate sobre essa questão faz com que as contradições e tensões saiam do senso comum e busque medidas em âmbitos mais profundos como a legislação e esfera jurídica, justamente pelos efeitos que causam na educação e sociedade.

Podemos notar no processo de revolução da linguagem as mensagens audiovisuais que, se veiculam por cenas curtas, ritmo acelerado, utilizando uma linguagem concreta e plástica, tem como resultante a multiplicação de pontos de vista, cenários, personagens e sons, desta forma, não exigem envolvimento e esforço do receptor.

Assim a afetividade tem maior importância no processo de mediação entre indivíduo e o mundo, já que, essa linguagem mexe constantemente com as sensações e imaginação. Essas diferenças é que determinam essencialmente os modos de linguagem audiovisual e a escrita, pois a linguagem escrita possui maior análise lógica, rigorosidade e organização.

Na contemporaneidade, a internet é uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem, pela sua acessibilidade informacional, e a abrangência de localização de muitas informações de áreas diversas do conhecimento para que sejam estudadas, e por vezes, exercitar a interdisciplinaridade.

Na contemporaneidade é nítida a interferência midiática, principalmente da televisão, na construção do cidadão atual. Esta construção tem seus fundamentos em moldes de uma sociedade de consumo extremamente televisiva.

Ao depararmos com a real sociedade excludente e de pobreza latente é notório que a maior parcela da sociedade não consegue ter lazer e entretenimento fora da esfera televisiva.

Segundo Leite (2000), o ambiente educacional, desde o ensino fundamental até o ensino superior, devem discutir como os meios de comunicação e as mídias influenciam a formação educacional dos brasileiros. Visto que, os índices alarmantes de repetência e evasão escolar podem ter relação direta de como a influência midiática, que produz uma população extremamente imagética, que procuram linguagens e textos audiovisuais, e assim, fogem da leitura e escrita.

Podendo esse hábito nocivo ao desenvolvimento intelectual surgir e ser incentivado na própria escola, que por sua vez, de alguma maneira induz os discentes aos prazeres das imagens televisivas.

DIFICULDADES E PONTOS A EVOLUIR NA INCLUSÃO

Deve se ater que existiram eventos de grande importância, sem os quais não possibilitaria um progresso iminente, nem a nível teórico e nem prático, sobre a inclusão escolar, que levaram à criação e atualização de documentos que permeiam todo esse contexto da educação inclusiva.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas elaborou diversos documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. Como o Brasil é membro da ONU e deve seguir esses documentos, reconhece seus conteúdos e os tem respeitado, na elaboração das políticas públicas internas. Para a socialização dos indivíduos com necessidades especiais foi apresentada pela sociedade e bem como pelas políticas públicas, como elemento assistencial como se encontra na história do Brasil.

A institucionalização da Educação Especial no Brasil tem pouco mais de três décadas. A partir da década de 70, se inicia um processo de centralização administrativa e coordenação política a partir do governo federal. Em termos de legislação, a Educação Especial aparece pela primeira vez na LDB 4024/61, apontando que a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Na lei 5692/71, foi previsto o tratamento especial para os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais e os superdotados.

Na década de 70 também foi criado o CENESP junto ao MEC, com o objetivo de centralizar e coordenar as ações de política educacional. Este órgão existiu até 1986 e em toda a sua trajetória manteve uma política centralizadora que priorizava o repasse de recursos financeiros para as instituições privadas. Em 1986 criou-se a CORDE (Coordenadoria para a integração da pessoa portadora de deficiência), junto a Presidência da República, para coordenar assuntos, atividades e medidas referentes ao portador de deficiência. Extinto o CENESP, criou-se a Secretaria de Educação Especial do MEC.

Em 1989, a CORDE foi transferida para o Ministério da Ação Social, e a área de Educação especial do MEC, tornou-se coordenação, configurando uma redução do poder político da área, nos dois casos. Em 1993, voltou a existir a Secretaria de Educação Especial (SEESP), no Ministério da Educação. Isto demonstra o quanto a Educação Especial tem se apresentado um "status" secundário das políticas públicas e que as descontinuidades marcam sua trajetória.

BASE DE ACESSIBILIDADE

A acessibilidade está definida como a ausência de barreiras na infraestrutura, de caráter arquitetônico, envolvendo espaços urbanos, comunicacionais e técnicos. Atualmente, porém, o termo acessibilidade estendeu sua definição a outras maneiras de acesso, incluindo a cognitiva, sendo possível encontrar essas variações nas políticas educacionais que voltam sua importância à eliminação das barreiras que dificultam a conquista da qualidade no processo de ensino-aprendizagem, colocando em prática as teorias que defendem a inclusão educacional

(PERES E MARCINKOWSKI, 2012).

Atualmente, a inclusão trata-se de um assunto relevante nos debates sobre educação que envolve profissionais referenciados da área, mas a vivência pedagógica aponta as limitações dos deficientes sobressaindo suas potencialidades, o que acaba deixando esses alunos excluídos do processo de ensino-aprendizagem, podendo refletir, inclusive, à desistência dos estudos (BARTALOTTI, 2008).

A acessibilidade vem apresentando interesse nos estudos relacionados às necessidades de mudança e adequação em estruturas urbanas e empresariais, a fim de atender as limitações dos estudantes. A referência à acessibilidade não se limita apenas às pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, mas estende à inclusão de todos os indivíduos em atividades cotidianas, proporcionando o acesso, visando a adaptação e locomoção, eliminando as possíveis barreiras (MARCÁRIO, 2014).

A acessibilidade atende pessoas com diferentes limitações na locomoção, como idosos, obesos, indivíduos submetidos à cirurgia, entre outras situações que dependem da facilitação de acesso aos espaços. No caso da educação, a acessibilidade refere-se ao atendimento de alunos com limitações físicas, proporcionando a participação em todas as atividades realizadas, visando a formação e o desenvolvimento das habilidades humanas (MARCÁRIO, 2010).

A definição de acessibilidade tem sido alvo de estudos na atualidade, determinando a caracterização do termo como a oportunidade de interação entre os sujeitos com e sem limitações físicas, determinando-se como a ausência de barreiras na infraestrutura, de caráter arquitetônico, envolvendo espaços urbanos, comunicacionais e técnicos. Sendo assim, a acessibilidade pode ser entendida como a facilitação de deslocamento aos destinos desejados, de modo que o indivíduo com limitações para locomoção consiga chegar ao destino desejado, sem a necessidade de auxílio de terceiros (MARCÁRIO, 2014).

Frente às necessidades de inclusão devem-se realizar adaptações em sala de aula, sendo que todas as adaptações de sala de aula devem ser feitas com o menor estardalhaço possível e com o máximo de boa vontade e hospitalidade.

Em nenhuma hipótese deverá a deficiência ser apontada de uma forma constrangedora ou enfatizada, nem tampouco ser ignorada. Algumas possíveis adaptações de salas comuns são as seguintes (BAUTISTA, 1998).

A Educação Inclusiva é um desafio para professores que devem instruir uma sala de aula, incluindo uma combinação de crianças com necessidades diversificadas e crianças com necessidades especiais. As configurações inclusivas em sala de aula são organizadas de formas diferentes para alcançar o domínio na aprendizagem entre um grupo diversificado de alunos. Em algumas escolas inclusivas, a prática tradicional anterior em sala de aula foi adotada sem qualquer alteração na instrução e no material (BULE-HOLMBERG, 2008).

Neste tipo de inclusão as crianças com necessidades especiais são incluídas como tal em que a prática tradicional de ensino seguiu na sala de aula regular sem quaisquer arranjos prioritários ou adaptações feitas. Mas, em algumas escolas o conceito de inclusão é feito com a colaboração dos professores para o planejamento e entrega da instrução, preparação e uso de materiais instrucionais para atender às necessidades das crianças com necessidades especiais. Professores especiais são designados para atender as crianças com necessidades especiais dentro e fora da sala de aula para atender aos requisitos de aprendizagem desse grupo diversificado de alunos (BULE- -HOLMBERG, 2008).

O sistema escolar possui adequações flexíveis em sala de aula com métodos de instrução criativos também são feitos em sistema escolar inclusivo. Assim, diversas formas de educar são seguidas em ambientes inclusivos para promover o domínio na aprendizagem entre crianças com necessidades especiais. Como há muitas práticas seguidas em um ambiente inclusivo, é necessário descobrir as práticas efetivas na inclusão. Em todas as práticas há algumas características importantes que precisam ser realizadas para promover o domínio na aprendizagem entre crianças com necessidades especiais. São interações, incluindo colaboração de professores e colaboração dos alunos, diferentes tipos de apoio e variedade e adaptação nos materiais instrutivos (BULE-HOLMBERG, 2008).

A variação das funções e responsabilidades de ensino exigidas em formação colaborativa exige a crença de que todos os alunos podem aprender, juntamente com habilidades competentes de comunicação e resolução de problemas (FRIEND; BURSUC, 2006; GABLE e HENDRICKSON, 2000).

A escola é uma mini sociedade onde as crianças aprendem a conviver juntas (BULE-HOLMBERG e EKEBERG, 2009). O conceito de inclusão ajuda crianças com necessidades especiais a permanecer em uma vida mais baseada na sociedade em sua idade escolar (STRØMSTAD, NES e SKOGEN, 2004).

É a distância entre o nível real de desenvolvimento determinado pela resolução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da resolução de problemas sob orientação adulta ou em colaboração com pares mais capazes (VYGOTSKY, 1978:86).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada prática foi analisada com base no critério enquadrado pela literatura para saber mais sobre a natureza dessas práticas. O resultado do estudo revelou a prática efetiva das categorias acima de ambientes de sala de aula inclusivas. O estudo evidenciou que todas as práticas instrucionais observadas têm potencial para o desenvolvimento de melhor qualidade na prática de educação inclusiva, mas em diferentes graus de nível para crianças com necessidades especiais. Mesmo as crianças em sala de aula tradicional se desenvolvem melhor, mas o grau de desenvolvimento é muito alto em sala de aulas de variedade e flexível.

É de extrema importância que este conteúdo se torne parte da rotina da escola, não somente através do material e recursos utilizados em sala, mas também que se forme uma rede interna "a intranet" em que seja possível a comunicação entre pais, alunos e professores e também através da internet no acesso a bibliotecas virtuais e todos os canais virtuais de informações e formação disponíveis na atualidade.

O artigo nos leva a concluir que o processo de inclusão na escola está ocorrendo porem com muitos desafios a serem traçados, embora os discursos oficiais normatizem esse processo, cada ato traduz a dimensão da implementação, atingindo as diferentes etapas e modalidades da educação que se apresentam no interior da escola.

Considerar a inclusão educacional como um processo que acontece em um contexto social, político, econômico, cultural e histórico e que todas estão entrelaçadas, é fundamental para uma efetivação de sucesso e para a geração de transformações.

Outro fator importante no sucesso da inclusão é a participação da família do educando. Esta talvez seja a peça fundamental do quebra-cabeça. O apoio da família para o engajamento da criança na unidade escolar é o maior fator de vitória ou fracasso na aprendizagem deste aluno, pois é este apoio que fará com que a criança perceba a importância do seu papel na sociedade que vive. Os pais, pela sua convivência com a criança podem até indicar exercícios e tarefas que auxiliem o professor a planejar suas aulas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. Marília: Publicações, 2000.

BAKER, Janice M.; ZIGMOND, Naomi. The meaning and practice of inclusion for students with learning disabilities: Themes and implications from the five cases. The Journal of Special Education, v. 29, n. 2, p. 163-180, 1995.

BARTALOTTI, C. C. Inclusão social das pessoas com deficiência: Utopia ou possibilidade. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2008.

BATEMAN, David; BATEMAN, C. Fred. What Does a Principal Need To Know about Inclusion? ERIC Digest. 2002.

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola – de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

BIANCONI, E.C.; MUNSTER, M. Educação Física e a pessoa com deficiência física: estratégias de inclusão no contexto escolar. IX Congresso nacional de Educação. PUC: São Paulo, 2015. Disponível em:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

CORREIA, L. M. Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto Alegre: Porto, 1997.

MENDES, E. G. Deficiências Mentais: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MENEZES, W. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. Trabalhos para discussão, nº 147/2002, agosto/2002.

RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento das ações. Necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.